

BRAZ ARAUJO

# Evolução da sociedade e do Estado no Japão: Uma visão abrangente

ACIMA, O FAMOSO  
SINETE DA CASA  
DE TOKUGAWA  
IEYASU, QUE  
CONSOLIDOU O  
SHOGUNATO E  
UNIFICOU O  
JAPÃO NO SÉC.  
XVII, EM 1600 NA  
BATALHA DE  
SEKIGAHARA ;  
ABAIXO,  
O FILHO DO  
SHOGUM  
ANTECESSOR,  
TOYOTOMI  
HIDEYORI



**BRAZ ARAUJO** é professor do Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP e coordenador do Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias - Naippe-USP.



## INTRODUÇÃO

As relações diplomáticas entre Brasil e Japão existem há um século. Neste ano de 1995 comemora-se o I Centenário do Tratado de Amizade entre os dois países, cuja importância não pode ser subestimada no mundo contemporâneo. O Japão emerge vigorosamente na metade da década de 1980 como uma das grandes potências econômicas e financeiras mundiais, chamando a atenção para seu modelo de produzir e de competir. Nesse mesmo momento, o Brasil emerge com entusiasmo dos regimes autoritários para a busca e construção de um modelo democrático universal, pretendendo inserir-se no contexto das grandes democracias do mundo ocidental.

*B  
r  
a  
s  
i  
l  
J  
a  
p  
ã  
o*

1

No entanto, o surpreendente e brusco fim da Guerra Fria, a partir da queda do muro de Berlim em 1989, começa rapidamente a influir na cultura política de todas as sociedades, exigindo adaptações ao novo cenário mundial, impondo redefinições nas estratégias nacionais.

A importância do Japão no cenário mundial do início dos anos 90 é muito mais visível do que na época da bipolaridade. Tentando prudentemente passar de uma diplomacia discreta para uma diplomacia de presença ativa no mundo, o Japão é também atropelado pelos impactos da implosão da URSS. Um nítido deslocamento dos conflitos para as questões econômicas coloca ou recoloca o Japão no centro das próprias redefinições estratégicas mundiais. A proposta do ex-presidente Bush visando um caminho para discutir os aspectos econômicos, financeiros, tecnológicos, estratégicos, políticos e culturais do mundo e para interagir com um papel mais ativo da diplomacia japonesa é concebida em termos de uma "parceria na liderança", onde também se adiciona a Alemanha unificada (1).

A situação do Brasil é muito difícil, pois além de estar iniciando a busca de seu modelo de democracia, fazia definições constituintes pouco antes do fim da Guerra Fria, de tal maneira que a Constituição de 1988 já nascia superada para os novos tempos, ilustrando também a ausência de uma direção política abrangentemente representativa, em que o governo, partidos, lideranças políticas, dirigentes empresariais e a sociedade civil não encontram um consenso representativo, caracterizando o que se chama de um vazio estratégico no país (2).

O objetivo deste artigo é traçar uma visão genérica sobre sociedade e Estado no Japão para ilustrar certas particularidades japonesas, a tão falada *japanese uniqueness*, como também a importância do consenso representativo nos caminhos de uma nação, aspecto vital de uma trajetória estratégica, independentemente de qualquer juízo moral que se possa fazer dela. Finalmente, considero útil destacar a importância dessa visão abrangente para o melhor entendimento da complexidade da evolução da sociedade e do Estado no Japão, pois ela pode orientar o leitor nos caminhos para o aprofundamento de

determinados temas e/ou períodos.

Tal tentativa de síntese até a Era Meiji se inspira no essencial em Ryosuke Ishii, cuja obra clássica *A History of Political Institutions in Japan* (1980) tem servido de apoio aos pesquisadores ocidentais (3). Outras de suas obras em língua japonesa, como *Perfil da História Jurídica Japonesa* (1948-1960), *O Imperador: uma Explicação Histórica de Soberania* (1950) e as *Séries Sistemáticas de História Japonesa* (1964), orientam estudos mais profundos sobre a matéria.

Na seqüência, apóio-me sobretudo nos trabalhos do respeitado W. G. Beasley - *The Modern History of Japan* (1963) e *The Rise of Modern Japan - Political, Economic and Social Change since 1850* (1995) -, que sugerem aspectos fundamentais da evolução mais recente (4).

## DO ANTIGO AO MODERNO: A PERIODIZAÇÃO DE ISHII E OS TRAÇOS BÁSICOS DA EVOLUÇÃO SOCIOPOLÍTICA JAPONESA

Ishii analisa as principais mudanças na economia e nas relações sociais para mostrar a gênese e a dinâmica das instituições políticas e jurídicas e as diferentes formas de autoridade e de poder político, estabelecendo periodização da evolução política e institucional do Japão em cinco fases até o final do século XIX (5).

Essas fases são as seguintes:

1. a forma de autoridade baseada no Uji e Kabane (330 a.C. até 603 d.C.);
2. a Reforma Taika e a formação do Estado Ritsuryo (603 até 967);
3. o crescimento do Shoen, o Bakufu e o feudalismo Shoen (967 até 1467);
4. da crise do feudalismo descentralizado (Era Sengoku) ao feudalismo unificado (Era Edo) (1467-1858);
5. do colapso do feudalismo à monarquia constitucional (1858-1889).

### A forma de autoridade baseada no Uji e Kabane (330 a.C.-603 d.C.)

Nesse período é mais relevante destacar os seguintes pontos:

- constituem-se com o tempo três níveis hierarquizados, cuja unidade *ie* (casa) ex-

1 Cf. Braz Araujo, Neyde S. Ishioka e Cristina S. Pecequillo, "Estados Unidos e Japão na Nova Ordem Mundial", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (76) janeiro/1993, pp. 27-39. Cf., também, Braz Araujo e Christian Lohbauer, "A Alemanha Unificada no Contexto do Novo Cenário Mundial", in *Naippe-USP, Working Papers* (1) março de 1995, 50 p.

2 Cf. Thomaz Guedes da Costa, "A Integração Internacional e o Impacto sobre a Política de Defesa do Brasil e a Segurança Regional", XVI Encontro Anual da Anpocs, outubro/1992, 11 p. Cf., também, Braz Araujo, *Novos Padrões de Pensamento Estratégico no Brasil?*, São Paulo, Naippe-USP, 1993.

3 Cf. Ryosuke Ishii, *A History of Political Institutions in Japan*, Tokyo, Japan Foundation, 1980.

4 Cf. W. G. Beasley, *The Rise of Modern Japan*, New York, St. Martin's Press, 1995 (primeira edição: *The Modern History of Japan*, 1963).

5 Elaborei antes uma síntese bem mais detalhada do trabalho de Ishii. Cf. Braz Araujo, "Ishii Ryosuke e as Instituições Políticas Japonesas", in *Cadernos de Política Comparada* (2), maio/1987, pp. 11-28.

pande-se em *uji* (grupos de parentesco), que por sua vez dão origem aos *kuni* (conjunto de *uji*);

- a autoridade religiosa é a base do poder político;

- aparece a função do *suberagi* ou *suberogi* (senhor que unifica), mais tarde incorporada à função de *suburu kimi* (imperador);

- os grupos de *uji* (*ujizoku*) formam a *to go kokka* (nação unificada);

- consolida-se a figura do *uji-no-kami* (líder designado do grupo que capta e transmite vontade divina), a vontade do *uji-gami*, deus tutelar do *uji*;

- a desagregação da comunidade primitiva constitui paulatinamente uma sociedade escravista com base na religião e na força militar;

- consolida-se também a figura do imperador, autoridade unificadora, cujo deus tutelar (Amaterasu) tornar-se-ia deus tutelar de todos os *uji*;

- o imperador Sujin, soberano ao norte de Kyushu, submete a si o Estado Yamaatai (cerca de 300 d.C.) e transfere o trono para Yamato;

- essa é uma época de intensos contatos com o continente (Coréia, China), ocorrendo expressiva absorção cultural de valores aí vigentes;

- através dos valores do confucionismo realiza-se a distinção entre autoridade secular e autoridade religiosa. Desde o período da rainha Himiko o imperador não governa pessoalmente, ficando retirado. Mas é fonte essencial da legitimidade política e isso é de fundamental importância para o entendimento do processo político japonês e válido até os dias de hoje;

- esse sistema dá origem a uma poderosa burocracia imperial, cujos postos oficiais (*tsukasa*) se tornam títulos hereditários. A palavra que descreve o posto torna-se *kabane* (título hereditário);

- todos esses *uji* tinham obrigações (*waza*). Até o Código Civil Meiji (1898), a herança de *waza* está no centro do próprio conceito de herança no Japão.

Kurumi Sugita, que estuda a rizicultura desse mesmo período, estabelece as seguintes fases, atribuindo-lhes as seguintes características:

- 300 a.C. até 100 d.C. - época de utilização de brejos naturais para a rizicultura inun-

-dada; a sociedade é igualitária e a unidade de produção tem base ritual e religiosa;

- anos 100 d.C. - ocorre a utilização das margens dos rios e surgem as barragens e os sistemas de irrigação. A diferenciação social é maior com a Constituição e generalização dos *uji*;

- 200-400 - dá-se aproveitamento de mais terras com maior diferenciação das comunidades. Os instrumentos de ferro trazidos da Coréia são monopólios da aristocracia;

- 500-600 - surge o planejamento dos sistemas de irrigação, a divisão do solo em quadrados, consolidando-se sistema estatal centralizado arrecadando tributos.

## A Reforma Taika e a formação do Estado Ritsuryo (603-967)

Esse período pode ser resumido nos seguintes pontos:

- no início dos anos 600 há profunda instabilidade política, pois o imperador Sushun é assassinado e surge novo sistema, *kabane*, por mérito e habilidade;

- realiza-se confisco de terras e de escravos dos senhores dos *uji* (645), do imperador e de grupos influentes para redistribuição (trata-se, portanto, de uma reforma agrária) e garante-se o fim da escravidão (646). Organiza-se um novo tipo de sistema feudal com nova estrutura do governo central com oito ministros e cem postos oficiais. O imperador impera e um príncipe regente governa;

- proclama-se o Código Taiho de dezessete artigos (701). No art. 1º pode-se ler: "A harmonia é a primeira virtude". Também está escrito: "Nenhum Estado tem dois soberanos e nenhum povo dois senhores". O sistema *ritsuryo* tem nítida influência chinesa. Essa forma de governo se desintegra durante a Era Heian (capital Kioto: 794 a 1185), época do *bakufu* de Kamakura.

## Crescimento do Shoen, o Bakufu e o feudalismo Shoen (967-1467)

Nesse período:

- surgem os *shoen*, terras novas cultivadas isentas de tributo imperial;

- vigora entre 967-1185 o sistema político denominado *kuge* (de oficiais da corte) e

o sistema *insei* (do imperador retirado);

- aparece o *bushi* (guerreiro), personagem central da história política japonesa. Através de casamentos dos *bushi* com herdeiras da nobreza arruinada ocorre uma fusão do poder militar local com a nova nobreza rural;

- opera-se enfraquecimento do poder central e desenvolve-se sistema de lealdade absoluta entre guerreiros;

- constitui-se entre 1185-1333 a Era Kamakura. Yoritomo derrota Taira e torna-se chefe das famílias *bushi* das 66 províncias do Japão na época. Os guerreiros são vassallos (*gokenin*), surgindo o título de *sei-i-tai-shogun*;

- entre 1333-1467, vive-se a chamada Era Muromachi, período de crise geral e de guerras, pois os *bushi* invadem os *shoen*. É uma profunda crise do próprio poder imperial: existem dois imperadores, duas cortes e duas fontes de poder legítimo. A autoridade do *shogun* não se exerce a nível local: surgem os *shugo*, predecessores dos *daimyo*, a vertente japonesa dos senhores feudais (guerreiros com poder militar e territorial independente).

### Da crise do feudalismo descentralizado (Era Sengoku) ao feudalismo unificado (Era Edo) - 1467-1858

Ishii distingue três períodos:

1. 1467-1858 - Era Sengoku: quando se dá o fortalecimento dos *daimyo*. É o fim do *shoen* e o surgimento da aldeia (*mura*) como unidade do sistema feudal. A tributação se faz sobre a aldeia, detalhe fundamental para se entender a relação entre a comunidade e a autoridade no Japão, bem como traços influentes da cultura política japonesa desde então;

2. 1587-1742 a unificação dos *daimyo* é iniciada por Oda Nobunaga (assassinado em 1582), completada por Hideyoshi em 1587, consolidada por Ieyasu Tokugawa após vitória na batalha de Sekigahara em 1600. Nesse período ocorre o auge do feudalismo no Japão com o predomínio das famílias de samurai. É o chamado feudalismo *han/mura*, com estratificação hierarquizada confucionista: samurai, camponeses, artesãos, comerciantes. A partir de 1637

consolida-se a política de isolamento (*sakoku*) com a liquidação do cristianismo. Entre 1688-1704 (Era Genroku) floresce a cultura mercantil em Osaka;

3. 1742-1858 - ocorre o declínio dos *daimyo* e a paulatina ascensão do poder dos comerciantes. Esse longo período de paz descaracteriza a figura do samurai e da própria *mura* como unidade de um sistema feudal em crise. Emerge o pensamento anti-*bakufu*, segundo o qual "o poder político deve ser restaurado no seu devido lugar, ou seja, no trono imperial". Verifica-se o surgimento da Escola de Mito, que busca o estudo da essência nacional japonesa (*kokutai*), a descoberta do caminho do antigo como método para apontar os ideais que a nação deveria perseguir, e que se tornará uma das formas mais abrangentes de manifestação do nacionalismo japonês. Em 1858, os Estados Unidos - através do comodoro Perry - impõem abertura comercial e diplomática ao Japão. É a crise final do sistema feudal japonês e o princípio de uma busca sôfrega de modernização industrial.

### Do colapso do feudalismo à monarquia constitucional (1858-1889)

Os pontos básicos da crise desse período são os seguintes:

- o shogunato perde legitimidade sob pressão da corte imperial, apoiada por *daimyo* modernizantes (Hosokawa de Higo, Uesugo de Yonezawa, Hiromichi de Satsuma, Seifu de Nagata e Tokugawa de Mito);

- é dada uma ordem secreta do imperador (1867) para a derrubada do shogunato;

- em 3 de janeiro de 1868 é feito um acordo pela restauração do poder imperial. Em 6 de abril de 1868 divulga-se a chamada Carta de Juramentos de 5 artigos. No artigo 5º proclama-se que se deve buscar no exterior os conhecimentos para promover o bem-estar do império. Em setembro de 1868 Edo passa a se chamar Tóquio. Em outubro de 1868 é conhecido o nome comemorativo (*nengo*) do trono: Meiji, que significa "governo esclarecido";

- notam-se algumas influências de idéias liberais sobre as instituições. Em 1882 adota-se novo código penal e de processo, e em 1875 todos os camponeses são obrigados a



adotar sobrenomes. O choque cultural da tradição *versus* modernização começa a ser retrabalhado pelas elites japonesas;

• em 1881 o imperador anuncia o parlamento para 1890. Em 1889 é proclamada a Constituição Meiji, com 76 artigos em 7 capítulos, uma monarquia constitucional ao estilo prussiano. Tudo está subordinado ao imperador. A Câmara de Representantes e a Câmara dos Nobres têm iguais direitos e o voto é censitário (masculino). Em 1890 instala-se a primeira Dieta imperial.

A Era Meiji do imperador Matsuhito vai de 1868 a 1912, marcando o início do expansionismo do Japão, fortemente influenciado e finalmente dominado pelos militaristas japoneses.

## CARACTERÍSTICAS DA EMERGÊNCIA DO JAPÃO MODERNO

### Monarquia constitucional e a ausência do liberalismo

O estilo prussiano de constitucionalismo adotado pelos japoneses em sua essência não é muito diferente do estilo do constitucionalismo imperial brasileiro de 1824, no qual o imperador tudo pode perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim, o chamado "poder moderador" do Império brasileiro corresponde ao que os historiadores especializados no Japão denominaram "absolutismo Meiji" (*zettaishugi*), pois ao parlamento cabiam poucas funções relevantes, não indo além do direito de não aceitar novos impostos.

Mantendo-se a ênfase na tradição da harmonia social e na hierarquização confuciana, buscavam-se elementos fundamentais para o reencontro das condições para a grandeza nacional japonesa, em que mais uma vez o imperador é fonte da legitimidade e da autoridade das lideranças. O jovem imperador Meiji é vestido com roupas militares e incentivado a aparecer em diferentes províncias naqueles momentos de turbulência em uma época de transição.

Mantém-se o princípio de que o imperador impera mas não governa. O sistema de decisões, como mostra Beasley, não era complexo: se havia consenso entre os ministros sobre uma determinada medida, ela era submetida ao imperador para aprovação; se o

consenso não existia apelava-se para a mediação de um conselho político de anciões, que devia buscar uma recomendação conjunta para o caso; se ela não era encontrada, pedia-se então uma decisão ao próprio imperador, que tinha seus próprios assessores da corte para tal (6).

Ao lado de uma constituição adequada para as tradições, afirmativa do caráter sagrado e inviolável do imperador, construiu-se uma máquina governamental muito forte, com base no aproveitamento dos samurais, elemento também indispensável para a propagação da nova ideologia Meiji, através de um sistema educacional público e diferentes tipos de organizações oficiais ou semi-oficiais, em que se garantia a crença mística na figura do imperador e a centralidade de uma concepção de família subordinada ao Estado. No fim das contas, os sucessivos conselhos encarregados dos rituais xintoístas tornavam-se órgãos importantíssimos da administração e da filosofia educacional, pois respaldavam uma ideologia oficializada, em que se prioriza o Estado sobre o indivíduo, as obrigações diante da nação e do imperador, a lealdade e o respeito dos filhos aos pais.

Tal como já ocorrera no passado, tratava-se de adaptar o que vinha de fora às sutilezas da niponicidade, tal como é explícito nas palavras de Kuga Katsunan, uma das lideranças intelectuais de afirmação das qualidades especiais do chamado "espírito japonês" (em 1899, no jornal *Nihon*):

"Reconhecemos a excelência da civilização ocidental. Valorizamos as teorias ocidentais de direitos, liberdade e igualdade; respeitamos a filosofia e a moral ocidentais.... Acima de tudo, respeitamos a ciência, economia e indústria ocidentais. Elas, contudo, só devem ser adotadas se podem contribuir para o bem-estar do Japão" (7).

Elaboram-se aos poucos as idéias e as instituições adequadas ao rápido crescimento industrial do país na Era Meiji, ritmo talvez só suplantado pelos quarenta anos de 1930 a 1970 no Brasil. Ao lado de algumas semelhanças, como a industrialização fortemente baseada no papel do Estado, inclusive através de empresas estatais, existem diferenças profundas com relação ao Brasil.

No Japão organizaram-se rapidamente

6 Beasley, op. cit., p. 79.

7 Traduzido originalmente por Kenneth B. Pyle, *The New Generation in Meiji Japan (1885-1895)*, Stanford U. P., 1965. Citado por Beasley, op. cit., p. 99.

poderosos grupos econômicos privados (Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo, Furukawa, etc.), os famosos *zaibatsu*, cuja estrutura estava fundada em toda a lógica do sistema hierárquico de poder no Japão, agora aplicado ao nível da empresa. Por outro lado, o sistema industrial japonês vai acompanhar as tendências de busca de formação de império colonial, a exemplo das potências ocidentais, adquirindo nítida estruturação militar, o que já vinha ocorrendo desde o impacto do poder do comodoro Perry.

O rápido crescimento industrial com essas características já irá permitir as vitórias militares sobre a China em 1894-95 - abrindo o caminho para a forte presença japonesa na Mandchúria e na Coreia - e sobre o Império russo em 1905, consolidando-se projeto do expansionismo japonês e tornando o Japão uma das potências mundiais já no início do século XX, posição consolidada pela aliança com a Inglaterra na Primeira Guerra Mundial.

Os ideólogos da Era Meiji fazem crescer o prestígio da figura do imperador, cuja imagem em 1908 é associada com as idéias de poupança, frugalidade e trabalho árduo, melhores garantias para a prosperidade japonesa, que também exigia uma cidadania disciplinada para a guerra (8).

Por outro lado, como também acontece, a industrialização moderna faz emergir as idéias do liberalismo, próprias sobretudo para aqueles que, tendo obtido sucesso econômico, não eram no entanto admitidos no sistema tradicional de poder. Desenvolve-se então, nesse contexto, um embrião de sistema partidário moderno, ponto de partida também para a ampliação das demandas de participação, onde se vivenciariam os conflitos entre conservadores, liberais e até socialistas.

O quadro abaixo dá uma idéia da evolução do eleitorado desde o início constitucional da Era Meiji (das eleições de 1890 até a morte do imperador em 1912), passando pela Era Taisho (1912-26) e o início da Era Showa (1926), época marcada em seu início pelo domínio do absolutismo militarista japonês. Ele mostra os limites da participação, os limites do próprio sistema partidário, que em seu conjunto ilustram a fragilidade de um jogo político democrático na sociedade japonesa de então.

O início do funcionamento do sistema constitucional japonês não poderia deixar

de ser instável, pois a própria idéia de partido político moderno - que também surgia na Europa e Estados Unidos - era estranha à cultura do país. As primeiras eleições de 1890, quando o governo liderado por Aritomo Yamagata (9) não obtém a maioria, são logo seguidas pelas de 1892 - que marcam a ascensão de Ito Hirobumi - e as de 1894 - que o confirmam no poder. Essas eleições sucessivas ilustram o quadro de instabilidade e dificuldades na construção de uma maioria estável no nascente sistema parlamentar japonês.

Quadro I  
Evolução do eleitorado no Japão (1890-1986)

Ano	Nº Eleitores (mil)	População (%)
1890	450	1,1
1902	980	2,2
1920	3.070	5,5
1928	12.410	20,0
1946	36.880	48,7
1983	84.253	70,5
1986	86.427	71,0

Fonte: Braz Araujo, in *Estudos Afro-Asiáticos* n° 16, 1989, p. 31.

A partir de 1895 o Partido Liberal (Jiyuto) já assume uma parcela de poder (Ministério do Interior); em 1896, Okuma Shigenobu, líder do Partido Progressivo (Shimpoto), junta-se a Matsukata Masayoshi, que vai comandar o governo até 1898, ano de sucessivas crises políticas. Conforme mostra Beasley, é por essa época que se consolida a denominação de *Genro* para as figuras dominantes da liderança Meiji. O *Quadro 2*, que mostra os primeiros-ministros até o final da Segunda Guerra Mundial, revela as figuras dominantes desse período.

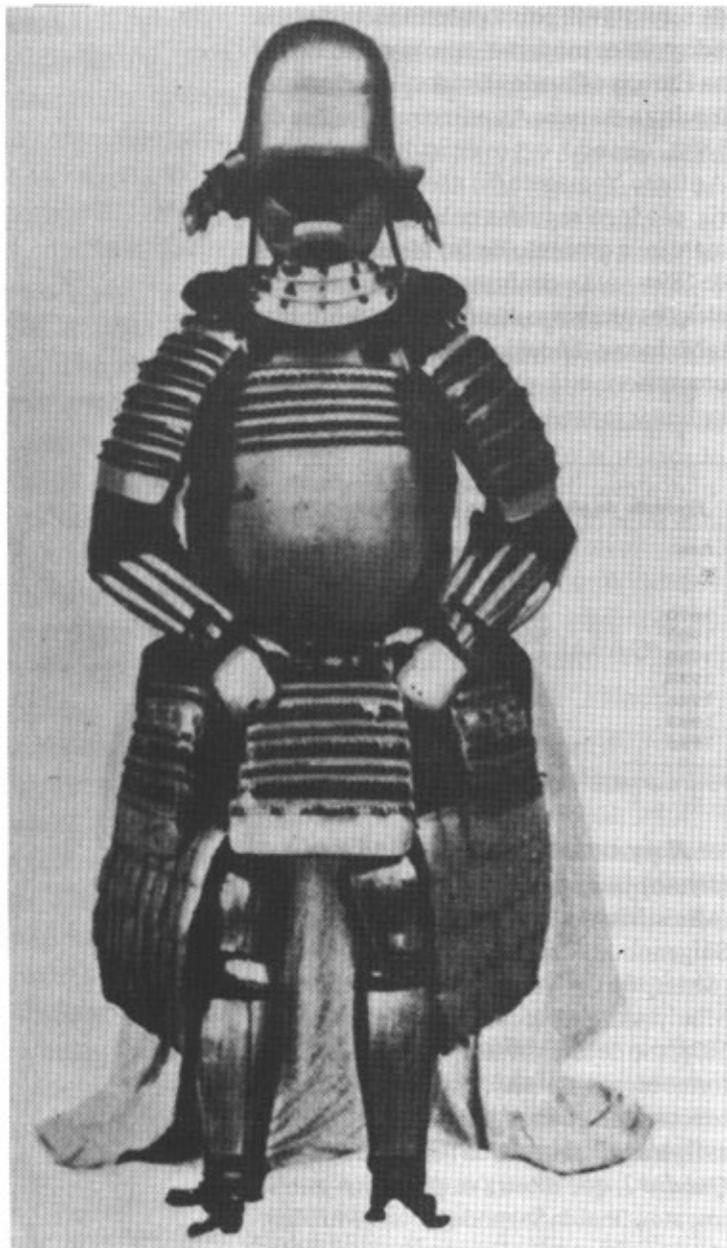
No pequeno círculo do poder o embate maior vai se dar entre as correntes lideradas por Ito e Yamagata. O primeiro, com suas bases de poder na Corte Imperial, funda um novo partido (Seiyukai - Associação de Amigos Políticos); o segundo fortalece suas bases no exército com os laços na burocracia governamental. Seus sucessores, respectivamente Saionji Kinmochi e Katsura Taro, vão dominar a política do país até o final da Era Meiji (10), em um acordo ao estilo da política do café-com-leite.

A debilidade da figura do imperador Taisho acirra a disputa entre os principais grupos rivais, surgindo, em 1916, o Kenseikai (Associação Constitucional), uma espécie de coalizão anti-Seiyukai, liderada por Tako

8 Beasley, op. cit., pp. 128 e 129.

9 Utilizamos o sistema japonês para os nomes próprios: em primeiro lugar o nome da família, e no final o prenome.

10 Mais detalhes in Beasley, op. cit., pp. 132-5.



ARMADURA USADA  
POR IEYASU EM  
1560

Takaaki, casado com a filha do líder do grupo Mitsubishi e admirador do sistema bicameral inglês.

Bipolarizada em torno das disputas entre o Seiyukai e o Kenseikai, a política japonesa de então não pode ser interpretada como uma disputa entre um grupo mais liberal e os conservadores. Em realidade, tal como era praxe no Brasil imperial, os chamados liberais se tornavam mais conservadores no poder, como aliás ocorre no período de Hara Kei, entre 1918 e 1921. Predomina a influência dos remanescentes do grupo Genro e a força da Câmara dos Nobres.

E serão justamente os conservadores do Kenseikai, liderados novamente por Kato

Takaaki, que farão algumas reformas de caráter liberal a partir de 1925, inclusive aquela que dá o direito de voto a todos os homens com mais de 25 anos, ampliando o eleitorado de 3 milhões para 12,4 milhões. Em contrapartida, são tomadas medidas rigorosas para controlar um emergente movimento socialista, fortalecido em todo o mundo pela vitória de 1917 na Rússia e com suas correntes clássicas, comunistas e socialistas, tentando colocar a cabeça para fora no cenário político japonês.

Beasley chama a atenção para um aspecto fundamental da política japonesa nesse contexto de crise dos anos 20: "as lideranças empresariais, através dos *zaibatsu*, não precisavam da Dieta para a defesa de seus interesses maiores". A fraqueza das instituições parlamentares, juntamente com a péssima imagem dos políticos, contribuiu para o fortalecimento de uma poderosa ameaça às tentativas de democratização da política japonesa (11).

Quadro II  
Japão - Gabinetes (1885-1945)

22/12/1885	Ito Hirobumi
30/4/1888	Kuroda Kiyotaka
24/12/1889	Yamagata Aritomo
6/5/1891	Matsukata Masayoshi
8/8/1892	Ito Hirobumi
18/9/1896	Matsukata Masayoshi
12/1/1898	Ito Hirobumi
30/6/1898	Okuma Shigenobu
8/11/1898	Yamagata Aritomo
19/10/1900	Ito Hirobumi
2/6/1901	Katsura Taro
7/1/1906	Saionji Kinmochi
14/7/1908	Katsura Taro
30/8/1911	Saionji Kinmochi
21/12/1912	Katsura Taro
20/2/1913	Yamamoto Gombei
16/4/1914	Okuma Shigenobu
9/10/1916	Terauchi Masatake
29/9/1918	Hara Kei (Takashi)
13/11/1921	Takahashi Korekiyo
12/6/1922	Kato Tomosaburo
2/9/1922	Yamamoto Gombei
7/1/1924	Kiyoura Keigo
11/6/1924	Kato Komei (Takaaki)
30/1/1926	Wakatsuki Reijiro
20/4/1927	Tanaka Giichi
2/7/1929	Hamaguchi Yuko (Osachi)
14/4/1931	Wakatsuki Reijiro
13/12/1931	Inukai Ki (Tsuyoshi)
26/5/1932	Saito Makoto
8/7/1934	Okada Keisuke
9/3/1936	Hirota Koki
10/2/1937	Hayashi Senjuro
4/6/1937	Konoe Fumimaro
5/1/1939	Hiranuma Kiichiro
30/8/1939	Abe Nobuyuki
16/1/1940	Yonai Mitsumasa
22/7/1940	Konoe Fumimaro
18/10/1941	Tojo Hideki
22/7/1944	Koiso Kuniaki
7/4/1945	Suzuki Kantaro

Fonte: Beasley, op. cit. p. 295.

Tendo desaparecido as lideranças Meiji do grupo Genro, desaparecia também um estilo mais previsível no processo de tomada de decisões, no qual exerciam uma função coordenadora e tinham autoridade para assumir cada qual sua responsabilidade perante o imperador. Assim conviviam ministros, forças armadas, conselhos de consulta e a Dieta. Nos anos 20 estaleceu-se a competição para saber quem controlaria o processo de decisão, paulatinamente deslocado para o poder econômico e militar.

Além disso, deve-se lembrar, em um cenário europeu de crescimento do fascismo, pode-se compreender a força adquirida pelas lideranças da política da geoestratégia econômica ofensiva. Seu predomínio fortalece a aliança dos militares com os *zaibatsu* e abre uma nova fase do expansionismo militarista japonês.

## Guerras e expansionismo

Se na fase final do período Tokugawa ficara evidente a debilidade militar japonesa, o mesmo já não se pode dizer a partir da década de 1870, sobretudo em termos de potência em relação a seus vizinhos China e Coréia. Entre as grandes potências da época, predomina a concepção de que uma política de defesa corresponde a uma estratégia de expansão, e esse princípio vai ser o fundamento para a busca de construção de um grande império japonês.

As guerras contra a China (1874-75) e contra a Rússia (1904-05) são momentos de grande expansão. Antes, porém, os japoneses já negociavam o aumento de seu território: em 1873, Estados Unidos e Inglaterra concordam com a reivindicação das Ilhas Bonin; em 1875 os japoneses ficam com todo o arquipélago das Kurilas em troca de parte das Sakalinas para os russos; em 1879 incorporam definitivamente as ilhas de Ryukyu, transformando-se Okinawa em uma província japonesa.

Em 1894 os japoneses vão atacar a China com vistas na Coréia e Mandchúria; em 1895 assumem o controle de Taiwan. O conflito com a China vai ferir interesses da Rússia e esse será o caminho para a guerra entre os dois países. A vitória sobre a Rússia dá ao Japão um *status* de potência mundial, em virtude de sua forte presença no Pacífico. Além da cessão da metade sul das Sakalinas

para o Japão, a Rússia abre o caminho para o domínio japonês sobre a Mandchúria e a Coréia. Em 1910 ratificam suas respectivas esferas de influência nessas regiões e a Coréia é simplesmente anexada e transformada em colônia japonesa.

Aliando-se à Inglaterra durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão irá mais tarde em Versailles receber mandato sobre as antigas possessões alemãs no Pacífico ao norte da linha equatorial. A delegação chinesa não irá assinar o tratado que daria posições para os japoneses em seu território (12).

No cenário das instabilidades políticas dos anos 20, o início da Era Showa do imperador Hirohito (1926-89) será próprio para o fortalecimento da idéia de um Japão forte em nível mundial. Buscam-se negociações econômicas, políticas e estratégicas para um equilíbrio entre as grandes potências no Pacífico. Mas no final das contas esse equilíbrio se construiu em detrimento da China. O fortalecimento do nacionalismo chinês em torno de Chiang Kai-chek e a crise econômica de 1929 terão impactos significativos na política japonesa.

As exportações japonesas caem bruscamente com o iene supervalorizado, instala-se uma crise profunda no meio rural, afetado pela crise da indústria têxtil e pela queda dos preços do arroz. Falências, desemprego e pobreza afetam toda a sociedade japonesa. Além do mais, a ameaça do Kuomintang na Mandchúria comprometia os suprimentos de alimentos e de matérias-primas, colocando em evidência a fragilidade estratégica japonesa.

Em 18 de setembro de 1931 acontece o chamado "incidente da Mandchúria", quando as tropas aí instaladas e combinadas com as provenientes da Coréia iniciam uma ocupação da China, tudo isso sem o acordo do gabinete ministerial, sem conhecimento do comando militar de Tóquio e até mesmo - segundo algumas interpretações - sem o conhecimento do próprio comandante das forças japonesas na China! (13).

Para não ser condenado pela Liga das Nações, o Japão dela se retira em 1933. Passa a ser explícita a estratégia do Grande Japão, consolidando-se o domínio da aliança dos militares com a burocracia, sob a influência das idéias do ultranacionalismo japonês. Como lembra Beasley e outros analis-

11 Idem, *ibidem*, p. 139.

12 Idem, *ibidem*, pp. 146-58

13 Idem, *ibidem*, 173.

tas do período, trata-se de um quadro extremamente complexo de rivalidades entre exército e marinha, de suas facções internas e “de relações confusas que existiam entre oficiais, burocratas e políticos” (14).

## A “Nova Ordem”

Pode-se dizer que a partir de 1931 e até 1945 o Japão está permanentemente em guerra. Após o ataque japonês a Pearl Harbor (7 de dezembro de 1941) a guerra no Pacífico vai ser total e o seu fim se dá com a rendição incondicional do Japão, após os dois ataques nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki, respectivamente em 6 e 9 de agosto de 1945 (15), e a destruição das forças japonesas na Mandchúria pelo exército vermelho.

A chamada “Nova Ordem” significava o total domínio das diversas facções militares sobre o conjunto da sociedade japonesa. Predomina, portanto, a idéia de um Japão dominador de todo o seu entorno asiático, substituindo as potências ocidentais para o bem e a prosperidade da região. A orientação ideológica oficial aparece condensada no *Kokutai no Hongi* (*Princípios da Política Nacional* - 1937), com suas críticas ao individualismo, ao liberalismo, à participação política através do voto, enfim, a tudo aquilo que não fosse tipicamente japonês, à exceção dos avanços científicos e tecnológicos, indispensáveis aos esforços de guerra em uma economia totalmente controlada e militarizada.

Mas as fragilidades japonesas eram bem conhecidas pelos norte-americanos. O Japão não tinha os recursos materiais e humanos para enfrentar uma luta que se estendia de Burma, nas fronteiras da Índia (na época sob domínio da Inglaterra), passando pelo sudeste asiático, a China continental, a Indonésia (Índias holandesas), Filipinas, Nova Guiné e o conjunto de todas as respectivas ilhas adjacentes. Fora até relativamente fácil naquele contexto histórico construir um império tão vasto, a chamada Esfera de Co-Prosperidade. Era, no entanto, impossível mantê-la. A união dos nacionalistas e comunistas chineses contra os japoneses na China, a guerra contra os Estados Unidos e todos os seus aliados só podiam levar os japoneses ao sufoco do fracasso. Calcula-se que cerca de três milhões de japoneses, en-

tre civis e militares, perderam a vida durante essas guerras (16).

## A CONSTRUÇÃO DO MODELO JAPONÊS DE DEMOCRACIA

### A ocupação norte-americana

A assinatura da rendição incondicional a bordo do *Missouri* em 2 de setembro de 1945 inicia uma nova era para a sociedade japonesa, inclusive para os descendentes de japoneses, espalhados em algumas regiões do mundo, em especial o Brasil.

Habitados ao discurso Meiji, formados por um sistema educacional rígido daí decorrente no qual a própria família é parte do Estado, a derrota incondicional é um trauma coletivo, acarretando uma espécie de catarse nacional. O convite do imperador aos japoneses, logo após a rendição, para “suportar o insuportável” e suas repetidas viagens às províncias do país para dar ânimo ao povo para recuperar a dignidade nacional japonesa têm uma importância que não pode ser subestimada.

Afinal prevaleceu entre os americanos a idéia do general Douglas MacArthur de que a manutenção da figura do imperador, mas destituído de seu caráter divino, era indispensável para dar legitimidade às novas instituições necessárias à construção de um modelo japonês de democracia e “de um Japão que não se tornará outra vez ameaça à paz e à segurança do mundo, a ser futuramente readmitido como membro responsável e pacífico da família das nações” (17).

A autoridade do SCAP (Supreme Commander of the Allied Powers) entre 1945 e 1952 é total. Em uma primeira fase se organiza o desmantelamento da máquina de guerra japonesa, com a desmobilização de dois milhões de homens no Japão e o repatriamento de outros três milhões, incluindo-se civis, pois houvera já a decisão aliada de que o Japão perderia todas as ampliações de seu território feitas após 1868, incluindo-se as ilhas Ryukyu (atual província de Okinawa, mais tarde devolvida pelos americanos) e as Kurilas (que os russos até hoje se recusam a negociar, pois as consideram território russo).

Por outro lado, iniciam-se os julgamentos dos criminosos de guerra, com milhares de condenações em seus diferentes tribunais,

14 *Idem*, *ibidem*, p.177.

15 Sobre esse assunto cf.: Braz Araujo, “Hiroshima e Nagasaki: Paradoxos da Estratégia”, in *Revista USP*, 26, pp. 74-81.

16 Para maiores detalhes cf.: Beasley, *op. cit.*, pp. 176-202.

17 Texto completo em: Edward M. Martins, *The Allied Occupation of Japan*, Stanford University Press, 1948; cf. Beasley, *op. cit.*, p. 213.

incluindo-se cerca de 770 sentenças de morte só em Yokohama (18). Além disso, decreta-se o expurgo da política de cerca de 200.000 pessoas diretamente envolvidas com as lideranças japonesas e dá-se ampla anistia aos anteriormente perseguidos: liberais, socialistas, comunistas, religiosos, que aos milhares estiveram nas prisões japonesas.

Outra iniciativa imediata será o desmantelamento dos *zaibatsu*, com a venda ao público das ações das grandes famílias e uma lei antimonopolista de 1947 para evitar grandes concentrações de capital. Segundo Beasley, muitas dessas últimas disposições foram mal recebidas, inclusive nos Estados Unidos (19).

## A montagem do sistema político

O general MacArthur foi figura central para a percepção americana de que a governabilidade no Japão dependia da manutenção do imperador, pois afinal a tradição de que "o imperador impera mas não governa" era, com suas sutilezas e formalidades, peça fundamental da tradição política japonesa, independentemente da forma dos diferentes regimes políticos que conheceu o país. Yoshida Shigeru, ex-diplomata, tendo sido inclusive ministro das Relações Exteriores no gabinete de Shidehara, logo após a derrota, será uma figura fundamental na remontagem institucional para a busca de um modelo japonês de democracia e na negociação dos tratados de paz visando recuperar a soberania japonesa.

Beasley foi muito feliz em denominar de "democracia por decreto" o sistema político outorgado pelos americanos. No artigo I da constituição fica estabelecido que o imperador é "símbolo do Estado e da unidade do povo, derivando sua posição da vontade do povo no qual reside o poder soberano". Através do artigo XIX, atribuindo-se a iniciativa ao próprio general MacArthur, introduz-se uma cláusula pacifista, através da qual o povo japonês renuncia para sempre à guerra como um direito soberano da nação, artigo este que vem causando enormes embaraços para os próprios americanos e à política interna e externa do Japão, constituindo-se, hoje, em uma das questões mais polêmicas nas linhas divisórias das forças políticas do país.

O sistema eleitoral tem seus princípios

básicos delineados em 1945 e consagrados na Constituição de 1946, embora sofrendo sucessivos aperfeiçoamentos em 1950 (Consolidação das Leis Eleitorais), 1958, 1982 e 1994. Seus traços essenciais são os seguintes: direito de voto para maiores de 20 anos, sistema parlamentarista bicameral (Câmara de Chanceleres, espécie de Senado com 250 membros, e Câmara de Representantes, cujo número varia com a população, tendo passado de 466 para 512 representantes e que formam a Dieta). O sistema distrital misto, que só existia para a Câmara dos Chanceleres, foi recentemente estendido também à Câmara dos Representantes.

**Quadro III**  
Japão  
Gabinetes (1945-1995)

Períodos	Gabinetes
17/8/1945	Higashikuni Naruhiko
9/10/1945	Shidehara Kijuro
22/5/1946	Yoshida Shigeru
24/5/1947	Katayama Tetsu (socialista)
10/3/1948	Yoshida Shigeru
10/12/1954	Hatoyama Ichiro
23/12/1956	Ishibashi Tanzan
25/2/1957	Kishi Nobosuke
19/7/1960	Ikeda Hayato
9/11/1964	Sato Eisaku
6/7/1972	Tanaka Kakuei
9/12/1974	Miki Takeo
24/12/1974	Fukuda Takeo
7/12/1978	Ohira Masayoshi
17/7/1980	Suzuki Zenko
26/11/1982	Nakasone Yasuhiro
6/11/1987	Takeshita Noboru
2/6/1989	Uno Sosuke
9/8/1989	Kaifu Tochiki
5/11/1991	Miyazawa Kiichi
6/8/1993	Hosokawa Morihiro
25/4/1994	Hata Tsutomu
29/6/1994	Murayama Tomiichi (PSDJ)

Fonte: adaptado de Beasley, op. cit., pp. 295-6.

Há eleições diretas para os governadores das províncias, prefeitos das cidades e vilas e membros das respectivas assembleias. Algumas grandes cidades como Tóquio, Kioto, Osaka têm estatutos especiais pelo seu peso relativo no país (20).

Nas primeiras eleições pós-1945 foram expurgados quase todos os membros de dietas anteriores (alguns desses políticos voltarão após a recuperação da soberania japonesa em 1952). Por outro lado, o Japão assiste a uma exagerada proliferação de partidos políticos, seu número tendo chegado a 267 nessas primeiras eleições. Tal como é a experiência de muitos países, inclusive a do Brasil, as próprias eleições vão simplificando o quadro partidário.

No caso japonês, existem duas datas his-

18 Dados mencionados por: Beasley, op. cit., p. 216.

19 Idem, *ibidem*.

20 Para maiores detalhes cf.: Braz Araujo, op. cit., 1989.

tóricas de mudança no sistema partidário. A primeira ocorre em 1955, quando se reestruturam os partidos com a unificação de correntes socialistas em torno do PSJ e das correntes conservadoras e liberais em torno do PLD (Partido Liberal Democrático). Esses dois partidos praticamente monopolizam as eleições de 1958. Na década de 1960, surge uma cisão à direita do PSJ - emergindo o PSD, Partido Socialista Democrático - e cria-se o Komeito (Partido do Governo Transparente ou Partido do Governo Justo), da organização Soka Gakkai da seita budista Nichiren Shoshu.

Assim, como observei anteriormente, "de um sistema bipartidário, ou, como prefeririam alguns analistas norte-americanos, de um 'sistema de um partido e meio', tende-se, a partir da década de 1970, a um sistema multipartidário com nítida maioria conservadora, através, sobretudo, da força eleitoral do PLD" (21).

A segunda data histórica para o sistema partidário e a própria política japonesa é a queda do muro de Berlim ou o fim da Guerra Fria, que vai ter impactos imediatos sobre o sistema conservador dominante desde o fim da guerra. Em um primeiro momento, instala-se a instabilidade nas próprias facções dos principais partidos, o PLD e o PSJ. Essa instabilidade se reflete na própria instabilidade dos gabinetes, quase um por ano, de 1989 até 1994, quando vai acontecer o que muitos - como o próprio autor deste texto em 1988 (22) - consideravam improvável: uma aliança entre correntes conservadoras, correntes liberais e correntes socialistas no Japão. Mas não deixei de observar o seguinte: "A estabilidade institucional e política do Japão, dirigido pelo mesmo partido há mais de trinta anos, e seu sucesso econômico-financeiro inquestionável não podem esconder um desgaste do conservadorismo" (23).

Mas foram os próprios impactos imediatos do final da Guerra Fria que me indicaram novas tendências para as alianças políticas no cenário mundial, que percebo como a tendência de confluência das linguagens liberais e social-democratas nas principais democracias do mundo contemporâneo, inclusive a brasileira (24).

No plano partidário é essa a instabilidade no Japão: as correntes antigas procuram se ajustar aos novos tempos, articular novas

alianças e perfis partidários para a passagem ao século XXI. Assim, do antigo PLD, já surgiram o Partido Pioneiro (Sakigake), o Partido da Renovação (Shinseito), um Partido Liberal e o Partido da Nova Fronteira (Shinshinto). Do antigo PSJ, atual PSDJ, já surgiram a União Social-Democrata (Shaminren) e o Partido Socialista Democrático.

Sem falar das mudanças internas no próprio Komeito e no partido dos comunistas, pode-se sugerir que vai acontecer o que a própria experiência japonesa já revelou: aos poucos, o próprio eleitorado simplifica a confusão do sistema. Isso será talvez mais fácil tendo em vista as mudanças no sistema eleitoral japonês introduzidas no final de 1994. Os distritos eleitorais passaram de 129 para 300, cada um com um representante majoritariamente eleito para a Câmara dos Representantes. Os 200 restantes serão eleitos pelo sistema proporcional com base na ordem das listas partidárias. Um sistema muito próximo ao que se discute agora para o Brasil.

Portanto, o modelo japonês de democracia se encontra em uma fase de ajuste partidário, que talvez se aperfeiçoe pelas mudanças no sistema eleitoral, inclusive possibilitando uma melhor imagem dos políticos e dos partidos, aliás desgastada tanto nos Estados Unidos como no Japão e no Brasil, fenômeno que está merecendo maior atenção neste novo cenário mundial.

## As perspectivas para o futuro

Muito se indaga sobre o caráter ímpar (*uniqueness*) da cultura japonesa e seus impactos sobre o estado e a sociedade do país. A visão abrangente aqui apresentada permite perfeitamente captar aspectos originais importantes da experiência da cultura política japonesa. Essa dimensão panorâmica mostra também a originalidade da combinação tradição/mudança na evolução da sociedade japonesa. Como já sugeri anteriormente, "é mais um exemplo a comprovar que as sociedades orientais não são herméticas a princípios e formas relacionadas com a modernidade ocidental" (25).

As indagações sobre a especificidade e a originalidade japonesas permanecem muito vivas em todas as abordagens sobre o Japão. De fato, as dimensões puramente

21 Idem, *ibidem*, pp. 33-4.

22 Idem, *ibidem*, p. 34.

23 Idem, *ibidem*, p. 56.

24 Idem, 1993.

25 Idem, 1989, p. 56.

formais são muito importantes, a começar por seus impactos sobre a língua japonesa e a evolução da etiqueta social. A cultura japonesa é uma das poucas reconhecidas como própria e exclusiva a uma determinada e única nação, uma civilização própria neste mundo de tantas sínteses culturais, que no entanto ultrapassam as fronteiras nacionais. Isso, por si só, já recomenda uma atenção muito especial para as soluções japonesas nesta nova era de cooperação e conflito em um mundo cada vez mais globalizado.

O respeito e o culto ao belo e à natureza é uma das contribuições originais japonesas para a humanidade (26). A maneira japonesa de expressar sua sensibilidade para essas dimensões impressiona os ocidentais desde os primeiros jesuítas até as mais recentes exposições da Freer Gallery do Smithsonian em Washington DC e do Museu Guimet de Paris, especializados em arte oriental. Essas percepções me parecem vitais para o futuro em um mundo cada vez mais instável e cheio de incertezas.

Se a explosão da vitalidade e da força da economia japonesa nos anos 80 deixa boquiabertos, perplexos e temerosos muitos competidores no mercado mundial, a recessão nessa primeira metade dos anos 90 deixa o mundo todo preocupado. Se um "efeito tequila" já fez o mundo tremer, imaginem-se os impactos do "efeito saquê". Os japoneses, se Akio Morita é representativo de um de seus setores mais importantes, precisarão mudar o estilo de seus negócios.

De maneira diferente, mas tal como no Brasil, trata-se também de abertura do mercado interno japonês, de mais flexibilidade para cooperar e padrões de cooperação para que todos ganhem no jogo. Lá, como aqui, existem resistências no agrarismo conservador, na burocracia prepotente e em forças políticas de expressão que não querem ver as novas realidades da globalização. As análises comparativas são muito claras: quem não mudar vai ficar para trás.

Norte-americanos e japoneses trabalham cotidianamente com a dualidade cooperação e conflito. Souberam desenvolver metodologias próprias de negociação, de prevenção de conflitos e de gerenciamento de crises. Trata-se de exemplo de extraordinária relevância para o futuro mundial. Nele certamente o Japão se qualifica como "parceiro na liderança" para os próprios Esta-



dos Unidos e está fadado a desempenhar um papel mais ativo na política mundial. Podem-se esperar contribuições mais ativas do Japão no sentido da busca da paz no mundo.

Esses cem anos de relações diplomáticas entre Brasil/Japão assistiram também a um entrelaçamento original entre brasileiros e japoneses e seus descendentes. Esses laços foram construídos em difícil e dolorosa busca da modernidade em ambos os países. Com pesos relativos diferentes fizeram, ambos, progressos notáveis. O Brasil ainda está bastante atrasado, sobretudo na abordagem da dimensão social do crescimento. Pode ainda aprender muito com a experiência japonesa.

Como ensina Miyamoto Musashi (27) será preciso trabalhar bastante. Os brasileiros descendentes de japoneses deverão dar uma contribuição crescente para o aperfeiçoamento das relações entre os dois países. Muitos, no entanto, ainda precisam encontrar o caminho da identidade brasileira, pois, afinal, se originalidade tivermos, será talvez a de construir no século XXI uma sociedade brasileira digna de seu tempo e síntese de múltiplas civilizações.

**MAUSOLÉU DE  
HIDEYOSHI,  
DETALHE DO  
"HIGASHIYAMA  
MEISHO-ZU"**

26 Idéia semelhante já foi destacada por muitos autores. Cf., por exemplo: Richard Storry, *A History of Modern Japan*, London, Penguin Books, 1960, pp. 284-7.

27 Miyamoto Musashi, *Gorin no Sho, A Estratégia de Vencer Sempre*, São Paulo, Cultura Editores Associados, 1992.